STJ00111871

JOSÉ ANTONIO SAVARIS

DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO

9ª EDIÇÃO
Revista, Ampliada e Atualizada

Alteridade
Curitiba – 2021

STJ00111871

Alteridade

Rua Itupava, 118 – Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br
www.alteridade.com.br

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazzon
Claudia Rosane Roesler
Daniela Cademartori
Fabiano Hartmann Peixoto
Guido Aguila Grados
Ingo Wolfgang Sarlet
Isaac Reis
Jairo Enrique Herrera Pérez
Jairo Gilberto Schäfer
José Antonio Savaris
Marcos Garcia Leite
Luis Alberto Petit Guerra
Paulo Márcio Cruz
Zenildo Bodnar

S265

Savaris, José Antonio
Direito processual previdenciário / José Antonio Savaris – 9. ed. rev. atual. ampl. – Curitiba: Alteridade, 2021.
784p.; 23cm

ISBN 978-65-991155-9-2

1. Direito processual. 2. Direito previdenciário. 3. Poder judiciário – Política pública. I. Título.

CDD 344.032(22.ed)
CDU 349.3

Catalogação: Mª Isabel Schiavon Kinasz
Capa: Jonny M. Prochnow
Diagramação: Know-how Desenvolvimento Editorial
Revisão: Lígia Alves

SUMÁRIO

Siglas e abreviaturas 41

Parte I – MARCO TEÓRICO DO DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO 47

I A TÍTULO DE INTRODUÇÃO 47

Capítulo 1 – A JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E O DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL ADEQUADA 53

I – Dois níveis de judicialização de políticas públicas. O objeto da jurisdição como critério 53

I.I A judicialização de políticas públicas de primeiro nível. A discricionariedade no jogo político-jurídico 54

I.II – A judicialização de políticas públicas de segundo nível. A legalidade no jogo administrativo 57

II Desconcertos de categorias do processo civil comum nas demandas individuais de seguridade social 58

III Teste de idoneidade das normas processuais para judicialização de políticas públicas 61

IV – Por que uma proposta de relativa autonomia do direito processual previdenciário? 63

V – Humanismo, constitucionalismo e processo 65

1.1 Premissas metodológicas 70

1.2 A eficácia normativa dos princípios constitucionais 72

1.3 O direito fundamental à tutela jurisdicional adequada – ou o direito fundamental ao processo justo 74

1.4 Direito à tutela jurisdicional adequada e efetiva e a judicialização das políticas públicas para a realização de direitos fundamentais de proteção social 77

1.5 Elementos caracterizadores do Processo Previdenciário – a natureza do objeto da lide 78

1.6 Elementos caracterizadores do Processo Previdenciário – os sujeitos do processo 81

1.7 Exigências de Normatividade Específica do Direito Processual Previdenciário 86
1.7.1 Interesse de agir em matéria previdenciária 87
1.7.2 A fungibilidade das ações previdenciárias e a relativização do princípio dispositivo 88
1.7.3 O problema da má delimitação da lide previdenciária 95
1.7.4 Como conciliar a definitividade da coisa julgada com a provisoriedade dos benefícios previdenciários por incapacidade? 100

1.8 Normas processuais previdenciárias expressas no sistema normativo 102
1.8.1 A Constituição da República e a competência delegada 102
1.8.2 A Constituição da República e créditos alimentares devidos pela Fazenda Pública 103
1.8.3 Considerações normativas sobre prova em direito previdenciário 104

Capítulo 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO 107

2.1 Princípio da não preclusão ao Direito Previdenciário 109
2.1.1 Princípio da não preclusão e a imprescritibilidade do direito previdenciário 109
2.1.1.1 Imprescritibilidade, inalienabilidade e indisponibilidade 110
2.1.1.2 Imprescritibilidade do fundo do direito e o prazo decadencial do salário-maternidade (MP 871/2019) 114
2.1.1.2.1 Desistência e renúncia ao direito em que se funda a ação 116
2.1.2 Princípio da não preclusão e os limites da coisa julgada em matéria previdenciária 117
2.1.2.1 A coisa julgada *secundum eventum probationis* 119
2.1.2.2 Extinção do processo sem resolução do mérito nas hipóteses de falta ou insuficiência de prova 124
2.1.3 Princípio da não preclusão e verdade real 127
2.1.3.1 Positivismo filosófico, juízos de imparcialidade e a verdade no direito social ... 130
2.1.3.2 Verdade real e solução de equidade 134
2.1.3.3 O positivismo e a banalização do sofrimento humano 139
2.1.3.4 O processo voltado para a justiça e para o ser humano 141
2.1.3.5 Parcialidade positiva como caminho à verdade na aplicação do direito previdenciário 142

2.2 Princípio da imediatidade da tutela previdenciária 143

2.3 Princípio do acertamento da relação jurídica de proteção social 146
2.3.1 A concepção da função jurisdicional de controle da legalidade do ato administrativo 146
2.3.1.1 O problema do direito superveniente à tutela administrativa 148
2.3.2 A concepção da função jurisdicional de controle do ato administrativo a partir de uma perspectiva de efetividade processual 149

2.3.3 A concepção da função jurisdicional de acertamento da relação jurídica de proteção social 151
2.3.3.1 Alegações inéditas em juízo e o problema do interesse de agir 155
2.3.3.2 Alegações inéditas em juízo e o problema do termo inicial dos benefícios 161
2.3.3.3 Princípio da primazia do acertamento e sua relação com o princípio dispositivo 163

2.4 Princípio da proteção judicial contra lesão implícita (lesão por omissão) a direito 165

Capítulo 3 – O PRIMADO DA EFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA JUSTIÇA PREVIDENCIÁRIA DESTE INÍCIO DE SÉCULO 169

3.1 A Emenda Constitucional 19/98 e a eficiência da Administração Pública 169
3.1.1 Mas o que há de errado em a Administração Pública buscar a eficiência? 172
3.1.2 Afinal, o que há de errado em a Administração Pública buscar a eficiência econômica? 172

3.2 Sinais de crise na justiça previdenciária 174
3.2.1 Três fatores determinantes para a multiplicação das lides previdenciárias 178
3.2.1.1 A Administração Paralela 178
3.2.1.1.1 A Administração Paralela e a vedação do comportamento contraditório (*ne venire contra factum proprium*) 180
3.2.1.2 Ferramentas artesanais para julgamentos de massa 188
3.2.1.3 O hiato entre a postura administrativa e o direito aplicado judicialmente .. 191
3.2.2 Pontos críticos como desafios a um processo judicial efetivo 192
3.2.3 Uma aproximação dos pontos críticos 194

3.3 A preponderância da eficiência no processo judicial previdenciário 196

3.4 Processo previdenciário e eficiência gerencial 197

3.5 O desafio da tutela jurisdicional nas ações de benefícios por incapacidade nos Juizados Especiais Federais 205

Parte II – TEMAS CENTRAIS DO DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO 209

Capítulo 4 – PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO 211

4.1 Estado Democrático de Direito e Processo Administrativo 212

4.2 Âmbito de aplicação da Lei 9.784/99 215

4.3 Caracterização do Processo Administrativo Previdenciário 217

4.4 Distinção entre procedimento e processo 217

4.5 Procedimento e processo no campo previdenciário 219

4.6 Garantias processuais para o Processo Administrativo Previdenciário 223
4.6.1 Garantias processuais constitucionais 223

4.6.2 Entre as garantias constitucionais e as normas da lei processual administrativa – a atuação conforme a Lei e o Direito 226
4.6.3 A Lei 9.784/99 e o processo administrativo previdenciário 227
4.6.4 Os critérios para condução do processo administrativo 227
4.6.5 Os direitos do administrado no processo administrativo 228
4.6.6 Os deveres do administrado no processo administrativo 228
4.6.7 Outras disposições relevantes para o processo administrativo previdenciário 228
4.6.7.1 Particularidades dos recursos no processo administrativo previdenciário ... 230
4.6.8 A Lei 13.726/2018 e a racionalização dos atos e procedimentos administrativos 233

4.7 A distância astronômica da realidade administrativa para com as imposições jurídicas de um processo previdenciário 236

Capítulo 5 – O EXERCÍCIO DA AUTOTUTELA PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ... 241

5.1 Limites formais (limites quanto ao modo de se exercer a autotutela) 243
5.1.1 Limites temporais para o exercício da autotutela – a decadência do direito de revisão do ato administrativo de concessão de benefício previdenciário 243
5.1.2 Limites processuais – o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa 248
5.1.2.1 Devido processo legal, limite de alçada e desconsideração dos efeitos de prestação previdenciária em juízo 252

5.2 Limites materiais (limites quanto ao conteúdo da autotutela) 256
5.2.1 Proibição de aplicação de nova interpretação administrativa ou novos critérios para a verificação do direito ao benefício 257
5.2.2 Proibição de nova avaliação do conjunto probatório (nova valoração da prova), por força da coisa julgada administrativa 258
5.2.3 Remédio jurídico contra atuação administrativa que extrapola os limites formais ou materiais para o exercício da autotutela 261

Capítulo 6 – ACESSO À JUSTIÇA E INTERESSE DE AGIR EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA . 263

6.1 Gratuidade da justiça 264
6.1.1 Comprovação dos requisitos necessários à concessão da gratuidade da justiça . 266
6.1.2 Gratuidade da justiça e sucumbência do beneficiário 269

6.2 Classificação das ações previdenciárias 270
6.2.1 Ação de concessão de benefício previdenciário 271
6.2.2 Ação de revisão de benefício previdenciário 272
6.2.2.1 Ação revisional de concessão 272
6.2.2.2 Ação revisional de reajustamento 274
6.2.3 Ação de restabelecimento de benefício previdenciário 275
6.2.4 Ação de manutenção de benefício previdenciário 275
6.2.5 Ação de anulação de benefício previdenciário 277

6.3 Interesse de agir em matéria previdenciária 279
6.3.1 Considerações doutrinárias 279
6.3.2 As diretrizes gerais formuladas pelo STF (RE 631.240) 281
6.3.2.1 Fórmula de transição 283
6.3.3 Interesse de agir em ações de concessão de benefício previdenciário 285
6.3.3.1 Alegação de fato não analisado formalmente na via administrativa 288
6.3.3.2 Alegação de nova patologia em juízo 290
6.3.3.3 Demora para ajuizamento da ação 291
6.3.3.4 Descumprimento de exigência administrativa e as normas introduzidas pelo Decreto 10.410/2020 292
6.3.3.4.1 Pressupostos de validade de exigência administrativa 300
6.3.3.5 Interesse de agir no caso de indeferimento da antecipação de auxílio-doença (Lei 13.982/2020) 302
6.3.3.5.1 Da indevida suspensão dos serviços públicos essenciais a cargo dos médicos peritos federais 303
6.3.3.5.2 Da situação de incerteza normativa, insegurança jurídica e urgência na obtenção de direito de subsistência 307
6.3.3.6 Silêncio administrativo e proteção judicial 308
6.3.3.6.1 Circularidade ou esquiva institucional: a postura convencional da tutela jurídica contra o "não ato" 311
6.3.3.6.2 O silêncio administrativo negativo e a prioridade da tutela dos direitos 312
6.3.4 Interesse processual superveniente 315
6.3.5 Indeferimento presumido e dispensa de requerimento administrativo 317
6.3.5.1 O ajuizamento direto da ação de concessão de pensão provisória por morte presumida 320
6.3.6 Recusa de entrada de requerimento e excessiva demora do processo administrativo 321
6.3.7 Interesse de agir e o dever estatal de conceder a prestação mais vantajosa 323
6.3.8 Interesse de agir nas ações previdenciárias de restabelecimento de benefício 325
6.3.8.1 Interesse de agir nas ações de restabelecimento e a necessidade do pedido de prorrogação do auxílio por incapacidade temporária 327
6.3.8.2 Interesse de agir nas ações de restabelecimento de aposentadoria por incapacidade permanente quando o segurado se encontra em gozo de mensalidade de recuperação 331
6.3.9 Interesse de agir nas ações previdenciárias de revisão de benefício 334
6.3.9.1 Interesse de agir nas ações revisionais e reconhecimento administrativo do direito 336

Capítulo 7 – REGIME PROBATÓRIO PREVIDENCIÁRIO 339

7.1 Considerações iniciais 339
7.1.1 Efeitos da revelia no processo previdenciário 341

7.2 Conceito e comprovação da condição de desempregado para efeitos de prorrogação do período de graça 342

7.3 Caracterização e comprovação da relação de dependência econômica 345
7.3.1 Presunção relativa de dependência econômica 346
7.3.2 Necessidade de comprovação da dependência econômica 348

7.4 Comprovação da união estável previdenciária 350

7.5 Comprovação da incapacidade para o trabalho 359
7.5.1 Perícias e decisões judiciais sem fundamentação suficiente 360
7.5.2 Ausência de prova pericial no processo judicial 364
7.5.3 Perícia médica indireta no período de distanciamento social (Covid-19) 365

7.6 Comprovação do agravamento da lesão ou progressividade da doença 372

7.7 Comprovação da data do início da incapacidade para o trabalho 373

7.8 Tratamento médico e condições sociais: aposentadoria por incapacidade permanente ou auxílio por incapacidade temporária? 377
7.8.1 Recuperação da capacidade mediante tratamento cirúrgico 380
7.8.2 Comprovação da condição da pessoa com deficiência para fins de BPC 383
7.8.3 Comprovação da necessidade econômica do grupo familiar para fins de BPC ... 385
7.8.3.1 Subsidiariedade do dever assistencial do Estado (TNU) 391

7.9 Caracterização e comprovação de atividade especial 395
7.9.1 Sucessão de leis no tempo e o princípio tempus *regit actum* para caracterização e comprovação de atividade especial 395
7.9.2 Caracterização e comprovação de atividade especial em tempo anterior à vigência da Lei 8.213/91 397
7.9.3 Alterações promovidas após a vigência da Lei 8.213/91 e a possibilidade de se comprovar atividade especial por qualquer meio de prova 398
7.9.4 A regulamentação da atividade especial pelo Decreto 2.172/97 e a exclusão da atividade perigosa 400
7.9.5 A comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos e utilização de equipamento de proteção individual (EPI) 402
7.9.6 Comprovação de atividade especial no caso de incorreção do PPP ou do LTCAT 404

7.10 Comprovação do tempo de serviço ou contribuição 413
7.10.1 Particularidades do direito probatório em direito previdenciário – restrição do direito constitucional à prova 414
7.10.2 O universo particular da prática previdenciária como justificação para a exigência de prova material 416
7.10.3 Limites à exigência de prova material 419
7.10.4 Prova material na categorização das espécies probatórias 420
7.10.5 Prova material obtida do corpo humano e prova do trabalho rural do boia-fria 421
7.10.6 Comprovação do trabalho rural e exigência de prova material 423

7.10.7 Classificação das provas – sinopse 430
7.10.8 Prova material – eficácia probante e presunções 431
7.10.9 Abrandamento da exigência de prova material e rigor na análise dos fatos 435
7.10.10 Comprovação da atividade rural do segurado especial pelo CNIS 437

Capítulo 8 – EFEITOS DAS DECISÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO 447

8.1 Notas doutrinárias sobre os limites subjetivos da coisa julgada 450

8.2 Eficácia probante da decisão trabalhista 455

8.3 Eficácia previdenciária das decisões trabalhistas. Nosso posicionamento 458

Capítulo 9 – ASPECTOS CONCERNENTES AOS VALORES PAGOS JUDICIALMENTE 461

9.1 Data de início dos benefícios concedidos judicialmente 461
9.1.1 Definição da data de início do benefício (DIB) independentemente do momento da comprovação dos respectivos fatos constitutivos 465
9.1.2 Termo inicial do benefício quando ausente o requerimento administrativo 474
9.1.3 Fato superveniente ao processo administrativo e a chamada "Reafirmação da DER" .. 476
9.1.3.1 Fato superveniente à DER e o direito ao melhor benefício 483
9.1.3.1.1 Fato superveniente e direito ao melhor benefício no contexto do processo administrativo 485
9.1.3.1.2 Fato superveniente e direito ao melhor benefício após o encerramento do processo administrativo 487
9.1.3.2 Fato superveniente à DER e o termo inicial dos benefícios concedidos judicialmente 488
9.1.4 Data de início de benefício em face de habilitação judicial de novo dependente à pensão por morte 495
9.1.5 A identificação da data de início da incapacidade laboral (DII) e os efeitos financeiros dos benefícios previdenciários por incapacidade 500
9.1.5.1 O direito de recebimento do auxílio por incapacidade temporária pelo segurado que exerceu atividade remunerada embora incapaz 502
9.1.5.2 Termo inicial de benefício por incapacidade no caso de demanda anterior com sentença desfavorável transitada em julgado 505
9.1.6 Data de início do benefício (DIB) da aposentadoria especial concedida judicialmente 508

9.2 Correção monetária e juros de mora do crédito judicial previdenciário 511
9.2.1 Correção monetária e o Estatuto do Idoso 513
9.2.2 O crédito judicial previdenciário e a inconstitucionalidade da Lei 11.960/2009 514
9.2.3 Correção monetária, deflação e irredutibilidade do valor dos benefícios 519
9.2.4 Correção monetária dos valores pagos mediante requisições de pagamento 521
9.2.5 Juros moratórios sobre o crédito judicial previdenciário 523

9.2.5.1 Juros moratórios no caso de "Reafirmação da DER judicial" 524
9.2.6 Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição de requisitório..... 526

9.3 Prescrição e decadência em matéria previdenciária 528
9.3.1 Prescrição contra menores absolutamente incapazes 532
9.3.2 Prescrição contra incapazes e o Estatuto da Pessoa com Deficiência..... 534
9.3.3 Prescrição contra ausentes..... 537
9.3.4 Prazo-limite para o requerimento administrativo a cessação da incapacidade 538
9.3.5 Termo inicial da pensão por morte ao filho menor de 16 anos de idade na vigência da MP 817/2019..... 542
9.3.6 Suspensão e interrupção do período de prescrição 546
9.3.7 "Decadência" do direito de rever o ato de concessão do benefício previdenciário..... 551
9.3.7.1 A incidência do prazo decadencial do direito de revisão dos benefícios concedidos anteriormente à vigência da MP 1.523-9/97 553
9.3.7.2 Natureza prescricional do prazo para revisão do ato de concessão de benefício previdenciário (Lei 8.213/91, art. 103, *caput*)..... 555
9.3.7.3 Inconstitucionalidade de prazo para cessação de lesão estatal a direito humano e fundamental..... 555
9.3.7.4 Interpretação restritiva do prazo decadencial para revisão de benefício 562
9.3.7.4.1 Ações ou direitos relacionados a circunstâncias supervenientes ao ato de concessão do benefício: revisão de reajustamento e desaposentação..... 564
9.3.7.4.2 Ações ou direitos relacionados a circunstâncias não analisadas expressamente quando da concessão do benefício 566
9.3.7.4.3 Ações relacionadas à efetivação do direito ao melhor benefício 571
9.3.7.4.4 Ações de revisão de benefício determinada por lei 571
9.3.7.4.5 Início do prazo decadencial no caso dos benefícios derivados (pensão por morte e aposentadoria por incapacidade permanente) 575

9.4 Devolução dos valores previdenciários recebidos de boa-fé..... 580
9.4.1 O princípio da irrepetibilidade dos alimentos 580
9.4.2 Contexto normativo anterior à vigência da MP 871/2019 583
9.4.2.1 Posicionamento do Supremo Tribunal Federal 589
9.4.2.2 Desnecessidade de devolução em caso de dupla conformidade entre sentença e acórdão (STJ)..... 591
9.4.3 Contexto normativo posterior à vigência da MP 871/2019..... 592
9.4.4 Pressupostos para a cobrança dos valores pagos indevidamente mediante execução fiscal 596
9.4.5 Repetição de valores originariamente indevidos ao beneficiário 601

9.5 Pagamento de valores não recebidos em vida pelo segurado..... 602
9.5.1 Concessão de pensão por morte no curso do processo judicial de aposentadoria 604
9.5.2 Legítimidade *ad causam* dos dependentes para recebimento de créditos não pagos ou não reconhecidos ao segurado 606

9.5.3 Ausência de legitimidade para renúncia *post mortem*. O caso da chamada "despensão" 613

9.6 Incidência de imposto de renda sobre os valores atrasados recebidos pelo beneficiário 614

9.7 Compensação do crédito judicial com valores pagos administrativamente 616

9.7.1 Compensação em termos globais ou por competência mensal? O (falso) problema da irrepetibilidade 617

9.7.2 Concessão superveniente de benefício mais vantajoso e o desfazimento do benefício concedido em juízo: o problema da preservação do crédito judicial 620

9.7.3 Inviabilidade da compensação do crédito principal com honorários advocatícios arbitrados nos embargos à execução 625

Capítulo 10 – REGRAS PROCESSUAIS RELACIONADAS À FAZENDA PÚBLICA 627

10.1 Prerrogativas processuais da Fazenda Pública 627

10.2 Regime de pagamento de custas e despesas processuais 628

10.3 Honorários advocatícios nas ações previdenciárias 631

10.3.1 Honorários sucumbenciais no cumprimento de sentença previdenciária 637

10.3.2 Honorários advocatícios contra a Fazenda Pública no CPC/2015 644

10.3.3 Princípio da reparação integral e honorários indenizatórios 647

10.4 Dos prazos da Fazenda Pública 648

10.5 Da remessa necessária 652

10.6 Tutela provisória contra a Fazenda Pública 657

10.6.1 A urgência no processo judicial previdenciário 659

10.6.2 Tutelas de urgência em matéria de Seguridade Social 661

10.6.2.1 Irreversibilidade e definitividade das tutelas provisórias em matéria previdenciária 662

10.6.3 Cumprimento imediato das decisões judiciais previdenciárias 669

10.6.4 Eficácia das decisões judiciais previdenciárias 672

10.6.5 Poder coercitivo contra terceiros 676

10.7 Cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública 680

10.7.1 Limites de cognição no cumprimento de sentença previdenciária 682

10.7.2 Cumprimento definitivo da sentença que reconhece o dever de pagar quantia certa pela Fazenda Pública 685

10.7.3 Cumprimento da sentença na ausência de impugnação da execução 686

10.7.4 Cumprimento da sentença na ocorrência de impugnação parcial da execução 686

10.7.5 Cumprimento da sentença na pendência de recurso sem efeito suspensivo 689

10.7.6 Cumprimento definitivo de decisão parcial de mérito 691

10.7.7 Cumprimento provisório da sentença que reconhece o dever de pagar quantia certa pela Fazenda Pública 693

10.7.8 Execução invertida nas ações previdenciárias 696
10.7.9 Cumprimento da sentença como respeito à coisa julgada 699
10.7.10 Execução individual da ação coletiva contra a Fazenda Pública 701
10.7.11 Impugnação à execução 702
10.7.12 Cumprimento da decisão nos Juizados Especiais Federais 706

10.8 Requisições judiciais de pagamento e fracionamento da verba honorária 708
10.8.1 Regime de pagamento por precatório requisitório 712
10.8.2 Regime de pagamento por requisição judicial de pequeno valor (RPV) 718

Capítulo 11 – COMPETÊNCIA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA 723

11.1 Competência delegada à Justiça Estadual. Panorama posterior à EC 103/2019 723
11.1.1 Competência delegada e mandado de segurança 730

11.2 Competência para processamento de ações previdenciárias decorrentes de acidente de trabalho – nossas críticas à orientação jurisprudencial 732
11.2.1 A importância capital do pedido inicial para a definição da competência 740

11.3 Competência para declaração de morte presumida 741

11.4 Competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis 742

11.5 Particularidades dos Juizados Especiais Federais 751
11.5.1 Princípios dos Juizados Especiais Federais 753

Apêndice – Termo de Acordo no Recurso Extraordinário 1.171.152/SC 757

Referências 765

Índice remissivo 777